



BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA (EVEF) – NAVIRAÍ/MS

Documento técnico confidencial – uso interno da Administração Municipal de Naviraí/MS e das instituições financeiras participantes do processo licitatório.

1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O presente Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira (**EVEF**) tem por finalidade estimar, de forma objetiva e tecnicamente fundamentada, **o valor econômico associado à cessão dos direitos de gestão da folha de pagamento dos servidores públicos do Município de Naviraí/MS**, visando à realização de processo licitatório para seleção da instituição financeira que assumirá o contrato no próximo ciclo.

Realizada a estimativa dos ativos não apenas à luz de métodos matemáticos, como o cálculo do **Fluxo de Caixa Descontado - FCD**, onde o valor de qualquer ativo é o valor presente dos fluxos de caixa futuro dele esperado, mas também considerando outras metodologias de cálculo como análise dos múltiplos de negociações realizadas no mercado nacional e regional, bem como a correção monetária do último pregão realizado no município.

Sendo assim, um dos pilares da valorização dos ativos do município será o somatório dos fluxos de caixa futuros que serão gerados a partir dos ativos analisados, descontados a valor presente, respeitadas as demais premissas e restrições apontadas no presente Estudo.

Importante destacar que todos os fluxos foram gerados a partir das seguintes análises:

1. Pirâmide salarial dos servidores ativos,
2. Descontos de consignações facultativas,
3. Receitas com tarifas,
4. Taxas atuais de captação e juros.

O modelo adotado reflete o padrão técnico de avaliação econômica utilizado em licitações dessa natureza e baseia-se no método de Fluxo de Caixa Descontado (**FCD**) associado a outros critérios de valorização utilizados neste mercado, a fim de melhor refletir as particularidades do mercado local atual, considerando um horizonte temporal de **60 meses**.

Este documento consolida informações oficiais obtidas junto à Prefeitura Municipal, ao Portal da Transparência e aos bancos locais. Este estudo foi baseado em números do terceiro trimestre de 2025 (setembro e outubro) por serem dados que já estavam publicados e enviados aos órgãos oficiais, eles foram comparados com os números de janeiro/2026, que seguem em anexo a este EVEF, e não apresentaram diferenças significativas que pudessem alterar o seu resultado.



BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

O estudo visa não apenas estimar o valor de mercado da operação, mas também oferecer subsídios técnicos que justifiquem o preço de outorga a ser estabelecido na licitação, reforçando a transparência e a sustentabilidade econômico-financeira do processo. O OBJETIVO DESTE ESTUDO É AUXILIAR O MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS NA TOMADA DE DECISÃO PARA ESCOLHA DO MELHOR VALOR A SER OBTIDO COM A LICITAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ALÉM DE ASSESSORAR A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PARA AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERESSADAS, ANÁLISE DOS CONTRATOS OU CONVÊNIOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, APOIO NA CONFEÇÃO DA MINUTA DE EDITAL E ESCOLHA DO MELHOR TIPO DE LICITAÇÃO, RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E ANÁLISE DAS PROPOSTAS RECEBIDAS NA LICITAÇÃO.

Objetivos específicos

- Avaliar a viabilidade econômico-financeira da concessão da folha de pagamento municipal utilizando os seguintes métodos:
 - ✓ Estimar o Valor Presente Líquido (VPL) do fluxo de receitas esperadas;
 - ✓ Apresentar parâmetros de **benchmarking** regional com municípios de porte semelhante;
 - ✓ Corrigir o valor do último certame (ago/2020) por índices oficiais.
 - ✓ Definir uma faixa técnica de valor de outorga, sustentada em critérios de mercado e no histórico da operação anterior (Itaú Unibanco S.A. – 2020/2025).

Premissas de análise

- As informações dos servidores repassadas pelo município como pirâmide salarial, carteira atual de crédito consignado, pagamento a fornecedores, guias de arrecadação emitidas e orçamento;
- O valor estimado foi amortizado linearmente ao longo dos fluxos projetados, tendo como restrição o período de duração do contrato;
- Foram considerados desembolsos com impostos diretos e indiretos de acordo com a legislação vigente;
- Os custos de aquisição da folha de pagamento foram projetados individualmente;
- A rentabilidade média considera todas as contas correntes abertas para recebimento da folha de pagamento;





BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

- Não há expectativa de realização de concurso público para os próximos 5 anos, portanto, o crescimento anual do número de servidores foi desprezado no presente estudo.

A adoção de tais premissas busca garantir equilíbrio entre a atratividade para o mercado bancário e a sustentabilidade econômica da operação, mantendo coerência metodológica com os estudos anteriores.

O cálculo de **VPL**, será detalhado ao longo do documento, com base em fluxos projetados de receitas líquidas e custos associados, considerando a dinâmica real da folha de Naviraí e o comportamento do mercado de crédito consignado local.

A estimativa final deverá refletir não apenas o potencial econômico do contrato, mas também o contexto regulatório e macroeconômico do período, marcado por uma taxa Selic em patamar moderado e estabilização da inflação, fatores que influenciam diretamente o custo de capital e o apetite de instituições financeiras por ativos dessa natureza.

A regularidade fiscal do município e a previsibilidade de receitas de pessoal também contribuem para o fortalecimento da percepção de risco positivo, posicionando Naviraí como um ativo de alta liquidez e baixo risco operacional no contexto das concessões de folhas públicas no Estado.

A metodologia adotada ao longo do estudo se sustenta na combinação entre análise quantitativa e interpretação setorial. Essa abordagem garante que cada indicador financeiro esteja contextualizado na realidade econômica municipal, oferecendo ao gestor público e às instituições participantes uma visão integrada e fundamentada.

A credibilidade do modelo repousa sobre a precisão dos dados de entrada e na coerência interna das projeções. O uso de parâmetros comparativos regionais, aliado à metodologia de fluxo de caixa descontado, assegura a robustez do resultado, permitindo que o valor sugerido de outorga seja tecnicamente defensável.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO MACROECONÔMICA E SETORIAL

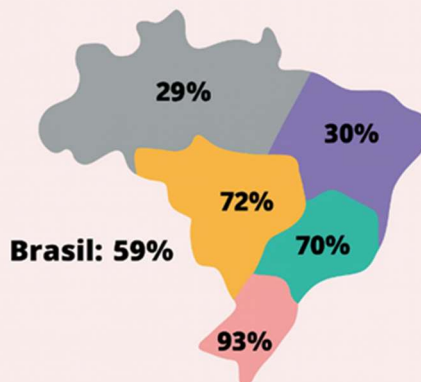
Em julho de 2021, quando da ocasião da discussão acerca da Lei 14.113/2020 sobre a gestão dos recursos FUNDEB, a Confederação Nacional dos Municípios - CNM publicou um Estudo Técnico, onde após ouvir 3.285 municípios pesquisados, conclui que 44,8% centralizavam o processamento da FOPAG em banco privado, 53% em Banco Público e 2,3% não responderam.



BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

Figura 1 – Percentual de Municípios que participaram por região



Fonte: Central de Dados da CNM, 2021

Importante ressaltar que, sobretudo, nos últimos 10 anos a chamada “venda da folha de pagamento” tem movimentado bilhões de reais no Brasil e ainda, que, por recomendação do próprio Tribunal de Contas da União – TCU, a venda desses ativos intangíveis deve ser precedida de processo licitatório para a busca da maior oferta. A contratação direta é permitida se, e somente se, essa se apresente a melhor opção (oferta) para o ente público.

Com relação aos valores negociados no mercado, é correto afirmar que tais valores sofrem alteração em função de um conjunto de variáveis sócio econômico-financeiras.

A compreensão do cenário macroeconômico é essencial para a adequada mensuração da viabilidade econômica de contratos públicos de concessão de folha de pagamento. As condições gerais de crédito, o comportamento da taxa de juros e a estabilidade fiscal dos entes federativos exercem influência direta sobre o valor de mercado percebido pelas instituições financeiras na aquisição desses direitos.

O período de 2024 e 2025 é marcado por um contexto de moderação monetária, com a taxa Selic recuando de patamares elevados em 2022–2023 para níveis compatíveis com uma política de juros reais positiva, mas menos restritiva. O Banco Central do Brasil vem sinalizando uma trajetória de estabilidade de preços, com projeções de inflação convergindo para o centro da meta (3,0% a.a.), criando um ambiente mais favorável à retomada de operações de crédito de médio prazo, como o consignado público.

Essa conjuntura tem impacto direto sobre os contratos de cessão de folha, uma vez que o apetite bancário aumenta à medida que as condições de FUNDING se tornam mais previsíveis e o custo de captação recua. Ao mesmo tempo, a concorrência bancária no segmento público tem se intensificado, com a ampliação da presença de cooperativas de crédito e bancos digitais nos pregões municipais, o que pressiona as margens, mas amplia o número de interessados.



O Mato Grosso do Sul apresenta um quadro fiscal consistente, com níveis de endividamento controlados e superávits primários recorrentes em diversos municípios, refletindo maturidade administrativa e disciplina na gestão de gastos de pessoal. Esses fatores reduzem o risco percebido pelas instituições financeiras e contribuem para que as folhas municipais do Estado sejam consideradas ativos atrativos e de baixo risco de inadimplência.

2.1. Cenário econômico nacional

A economia brasileira entrou em 2025 em um ciclo de crescimento moderado, impulsionado por investimentos públicos e estabilidade no consumo das famílias. O PIB para o ano foi de 2,1%, com inflação acumulada em 3,4%, dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

O ambiente de crédito permanece saudável, com expansão das carteiras de empréstimos consignados, especialmente no setor público. Dados do Banco Central (Relatório de Crédito de 2025) apontam que as carteiras de crédito consignado do setor público cresceram 7,4% em termos reais no último biênio, enquanto as taxas médias de inadimplência se mantiveram abaixo de 1%, um dos menores índices do sistema financeiro.

Esse desempenho reforça a resiliência do modelo de concessão de folha de pagamento, pois o desconto em folha reduz substancialmente o risco de crédito, permitindo às instituições financeiras operar com margens menores, mas de forma segura e previsível.

Tabela 1 – Indicadores macroeconômicos e financeiros (Brasil, 2024/2025/2026)

Indicador	2024	2025	2026 (estimado)	Fonte
PIB real (var. % a.a.)	2,9 %	2,2 %	2,1%	IBGE / Focus
Inflação IPCA (var. % a.a.)	4,6 %	3,6 %	3,4 %	Banco Central do Brasil
Taxa Selic média (a.a.)	10,8 %	9,5 %	9,0%	BCB / Copom
Crescimento do crédito consignado público	6,3 %	7,4 %	7,0%	BCB – Relatório de Crédito
Inadimplência consignado público	0,9 %	0,8 %	0,9%	BCB
Rendimento médio real dos servidores públicos	5,8 %	6,2 %	5,9 %	IBGE / PNAD Contínua

Fonte: IBGE; Banco Central do Brasil (BCB) / BCB – Estatísticas de Crédito



BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

A estabilidade desses indicadores cria condições favoráveis para operações de médio prazo e favorece o ingresso de novos players no mercado de administração de folhas públicas, que enxergam nesse segmento uma oportunidade de diversificação de portfólio com baixo risco e receita recorrente.

O crédito consignado público, em particular, mantém-se como um dos pilares de rentabilidade para bancos de varejo e cooperativas, especialmente em municípios de médio porte, onde há menor competição e maior fidelização da base de clientes. É uma modalidade de concessão de crédito de baixo risco que tem atraído as instituições financeiras para a aquisição, por tempo determinado, da folha de pagamento da Administração Pública, desde 2003, quando publicada a Lei 10.820, tendo sido essa aquisição objeto de licitações em todo Brasil. E é sobre o “preço” dessa aquisição que trata o presente Estudo.

2.2. Contexto regional e setorial

O Mato Grosso do Sul figura entre os estados com maior atratividade financeira por servidor público, em razão do porte médio das folhas municipais e da estabilidade institucional dos governos locais.

A presença simultânea de bancos públicos, privados e cooperativas cria um ambiente competitivo, mas equilibrado, em que as instituições menores encontram espaço para operar nichos específicos, como cartões consignados e seguros.

O resultado é um ativo com alto grau de previsibilidade e liquidez, o que se traduz em baixo risco financeiro e elevado potencial de monetização.

2.3. Ambiente bancário e competitividade

O mercado de concessão de folhas públicas no Mato Grosso do Sul vem passando por um processo de sofisticação e consolidação. Entre 2019 e 2024, observou-se um aumento expressivo do número de instituições participantes dos pregões municipais.

Em Naviraí, o contrato anterior (2020 a 2025) foi firmado, em agosto de 2020, com o **Itaú Unibanco S.A.**, em valor de outorga de **R\$ 4.450.000,00** o que representou uma relação de $0,314 \times$ folha mensal bruta à época. A operação manteve regularidade, sem registro de inadimplência contratual, e consolidou uma base bancária diversificada, com mais de sete instituições ativas no mercado local.

Essa competição entre instituições consolidadas cria um cenário favorável à valorização do ativo, uma vez que o número de participantes tende a manter os preços de outorga em níveis atrativos, mesmo em contextos de spread reduzido.

A tendência nacional de digitalização dos serviços financeiros também impacta positivamente a precificação da folha, uma vez que os bancos têm reduzido custos



operacionais e ampliado sua capacidade de atendimento remoto, o que melhora o custo-benefício percebido na operação.

2.4. Síntese da conjuntura

O ambiente macroeconômico nacional e regional de 2025 oferece condições equilibradas para a realização de pregões de cessão de folha.

A estabilidade monetária, a retomada gradual do crédito e a competitividade crescente do setor bancário favorecem a valorização de ativos de baixo risco, como folhas públicas de municípios de médio porte.

No caso de Naviraí, a combinação entre solidez fiscal, carteira consignada madura e presença multibancária consolidada cria uma base sólida para a precificação do ativo. Esses fatores sustentam a hipótese de que o valor de referência de **R\$6,5 milhões** é tecnicamente defensável, representando uma outorga justa, atrativa e comparável às melhores práticas regionais.

3. PERFIL SOCIOECONÔMICO E ORÇAMENTÁRIO DE NAVIRAÍ/MS

O município de Naviraí, localizado na região sul do Estado de Mato Grosso do Sul, consolidou-se como um dos polos econômicos emergentes do Estado.

Sua base produtiva diversificada, aliada à estabilidade fiscal e administrativa, faz do município um ativo relevante no contexto regional, com baixo nível de endividamento, folha de pagamento estável e crescimento sustentável da receita corrente líquida.

A análise das condições socioeconômicas e fiscais do município é determinante para compreender a capacidade de geração de valor de sua folha de pagamento e o potencial de atração de instituições financeiras para a próxima licitação.

O equilíbrio entre estrutura de receitas, composição funcional e estabilidade do corpo de servidores constitui a base de sustentação da operação de folha, e fornece os parâmetros para a modelagem financeira detalhada nos capítulos seguintes.

A presença de um parque industrial em expansão e o fortalecimento do setor de serviços contribuem para um ambiente econômico estável, com baixo índice de desemprego e crescimento moderado da renda per capita.

3.1. Estrutura populacional e econômica

Segundo o IBGE (2025), Naviraí possui **53.014 habitantes**, com taxa média de **crescimento demográfico de 0,96 % a.a. nos últimos cinco anos**.



BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

A pirâmide etária é equilibrada, e a participação da população economicamente ativa supera 60 % do total, refletindo uma economia com base de consumo sólida e mercado de trabalho formalizado.

O **PIB municipal alcançou R\$ 3,9 bilhões** em 2024 (último dado oficial disponível), representando um crescimento real médio de 4,2 % ao ano desde 2020. **A renda per capita atual é de R\$ 72.450,00, acima da média estadual (R\$ 66.800,00)**, reforçando o bom desempenho econômico e a relevância de Naviraí como polo de serviços regionais.

A estrutura econômica local é sustentada por três pilares principais:

- o agronegócio, com destaque para soja, milho e pecuária de corte;
- o setor industrial, com parque diversificado que abrange frigoríficos, indústrias de processamento de grãos e usinas de etanol;
- o setor de serviços, em expansão, com expressiva geração de empregos formais.

A integração dessas atividades resulta em alta circulação financeira e estabilidade da arrecadação tributária municipal.

Tabela 2 – Instituições financeiras atuantes em Naviraí (2025)

Instituição Financeira	Tipo	Participação estimada no mercado local (%)	Observação
Banco do Brasil S.A.	Público	20 %	Forte presença em crédito consignado e servidor ativo
Caixa Econômica Federal	Público	25 %	Liderança em consignado habitacional
Itaú Unibanco S.A.	Privado	18 %	Contrato anterior da folha (2020–2025)
Bradesco S.A.	Privado	10 %	Forte presença em crédito pessoal
Sicredi / Sicoob	Cooperativas	17 %	Atuação crescente em folha e consignado
Santander S.A.	Privado	10 %	Expansão digital e foco em parcerias
Outros (bancos digitais)	—	<5 %	Participação residual



BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

Fonte: Pesquisa da Consultoria

Tabela 3 – Indicadores socioeconômicos básicos (Naviraí/MS – 2025)

Indicador	Valor / Observação	Fonte
População total (2025)	53.014 habitantes	IBGE 2025
PIB municipal (2024)	R\$ 3.900.000.000,00	IBGE – Contas Municipais
PIB per capita	R\$ 72.450,00	IBGE 2025
Crescimento médio do PIB (2020–2024)	4,2 %	IBGE / SEPLAN MS
Renda média formal (2025)	R\$ 3.352,00	RAIS / CAGED
Taxa de desemprego	4,8 %	PNAD Contínua
Receita orçamentária total (2025)	R\$ 364.000.000,00	LOA 2025
Participação do setor de serviços no PIB	48 %	IBGE / SEPLAN
IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal)	0,763	Atlas Brasil 2024

Fonte: IBGE

A evolução econômica do município nos últimos anos demonstra capacidade de adaptação e crescimento contínuo. O PIB municipal cresceu acima da média estadual em quase todos os períodos recentes, impulsionado pela diversificação produtiva e pela atração de novos empreendimentos industriais.

A renda média e os indicadores de emprego formal indicam estabilidade da demanda interna e boa capacidade de pagamento dos servidores públicos, o que se reflete positivamente nas operações de consignado e demais produtos financeiros vinculados à folha de pagamento.

3.2. Estrutura orçamentária e fiscal

O orçamento municipal de Naviraí para 2025 (A LOA 2026 ainda não foi publicada) está estimado em **R\$ 364 milhões**, o que representa crescimento nominal de 9,7 % em relação ao exercício anterior. Desse total, cerca de R\$ 170 milhões são destinados à despesa com



BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

pessoal ativo e inativo, correspondendo a 46,7 % da Receita Corrente Líquida (RCL), percentual bem abaixo do limite prudencial de 51,3 % definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A estrutura de receitas do município apresenta equilíbrio entre fontes próprias e transferências constitucionais. O ISSQN, o IPTU e o ITBI representam juntos cerca de 28 % da RCL, enquanto os repasses do FPM, ICMS e FUNDEB compõem o restante.

O bom desempenho da arrecadação própria é resultado de esforços de modernização da gestão tributária e adoção de sistemas eletrônicos integrados, que melhoraram a eficiência de cobrança e ampliaram a base contributiva.

Esses fatores se refletem na estabilidade da folha de pagamento, que mantém regularidade e previsibilidade nos repasses, favorecendo a manutenção da base bancária e o desempenho das operações de crédito consignado.

Tabela 4 – Estrutura orçamentária 2025 – (LOA 2026 ainda não publicada)

Categoria	Valor (R\$)	Participação (%)	Observação
Receita total orçamentária	364.000.000,00	100,0 %	LOA 2025
Receita própria (IPTU, ISS, ITBI, taxas)	102.000.000,00	28,0 %	Gestão municipal
Transferências constitucionais (FPM, ICMS, FUNDEB etc.)	262.000.000,00	72,0 %	Tesouro Nacional
Despesa total com pessoal (ativos + inativos)	170.000.000,00	46,7 % da RCL	Controladoria / LRF
Investimentos públicos	39.000.000,00	10,7 %	Infraestrutura e obras
Resultado orçamentário estimado	Superavitário	—	Contas equilibradas

Fonte: LOA 2025 – Naviraí; Portal da Transparência – Naviraí; Banco Central do Brasil (BCB) / Focus

A consistência orçamentária e a prudência fiscal mantêm Naviraí dentro dos limites legais e reforçam sua reputação como um município fiscalmente responsável, condição que aumenta a atratividade da operação de folha de pagamento junto ao sistema financeiro.



BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

O histórico de regularidade nos repasses da folha confere ao ativo um perfil de baixo risco e alta previsibilidade.

Esse comportamento é valorizado pelos bancos, pois reduz a probabilidade de volatilidade no fluxo de receitas do contrato.

3.3. Estrutura funcional e base de servidores

O perfil socioeconômico e fiscal de Naviraí demonstra um ambiente institucional sólido, fiscalmente equilibrado e com potencial de crescimento sustentável. A solidez do orçamento, a estabilidade da base de servidores compõem um quadro de risco baixo e alta atratividade para as instituições financeiras.

Essas características sustentam a valoração da folha em patamares próximos aos observados em municípios de porte similar e explicam o interesse histórico das instituições bancárias no mercado local.

A partir desse diagnóstico, a modelagem financeira que será apresentada nos capítulos seguintes parte de uma base sólida e realista, com premissas alinhadas à capacidade de geração de valor de longo prazo.

4. ESTRUTURA E DINÂMICA DA FOLHA DE PAGAMENTO

A análise da folha de pagamento constitui o eixo central da valoração econômico-financeira da concessão.

Ela representa o ativo-base sobre o qual incidem as receitas diretas e indiretas da instituição financeira vencedora do certame, e sua estrutura, composição e regularidade definem o potencial de geração de valor do contrato.

A folha de Naviraí caracteriza-se por estabilidade, previsibilidade e baixo risco operacional, com histórico de pagamento rigorosamente em dia e margens confortáveis frente às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esses fatores explicam a alta atratividade do ativo e sustentam o interesse contínuo de bancos de varejo e cooperativas de crédito nas licitações municipais do Estado.





4.1. Dimensão e comportamento da folha

A **folha bruta** consolidada do município de Naviraí, considerando servidores ativos, inativos e encargos, atingiu **R\$ 14.818.692,26** em setembro de 2025.

O **valor líquido** efetivamente creditado aos servidores após deduções obrigatórias (previdência, imposto de renda e consignações facultativas) foi de **R\$ 9.186.520,30**.

A variação da folha ao longo dos últimos 24 meses apresenta tendência de estabilidade, com crescimento médio nominal de 4,1 % ao ano, índice compatível com a inflação acumulada do período.

Esse comportamento reflete a prudência da administração municipal em manter a despesa de pessoal sob controle, preservando o equilíbrio fiscal e o cumprimento dos limites legais.

Tabela 5 – Estrutura resumida da folha de pagamento (setembro/2025)

Categoria	Quantidade de Servidores	Participação na Folha (%)
Efetivos (concursados)	1.768	62,5%
Comissionados	165	5,8%
Contratados	899	31,7%
Total	2832	100,00%

Fonte: FOPAG – Prefeitura de Naviraí; Portal da Transparência – Naviraí

A predominância de servidores efetivos (62,5%) e o peso relativamente baixo dos cargos comissionados e contratos temporários configuram uma estrutura funcional estável e previsível, reduzindo a volatilidade da base de clientes para a instituição financeira que assumir a folha.

A dispersão de valores por faixa salarial, que será apresentada a seguir, reforça essa estabilidade e contribui para uma projeção conservadora e segura de receitas.

4.2. Pirâmide salarial e faixa de distribuição de rendimentos

A pirâmide salarial do funcionalismo público de Naviraí apresenta concentração predominante na faixa intermediária entre R\$ 3.000,00 e R\$6.000,00, abrangendo aproximadamente 54 % do total de servidores.

Tabela 6 – Distribuição salarial dos servidores ativos (setembro/2025)

Faixa de Remuneração (R\$)	Quantidade de Servidores	Participação (%)
Até 2.000,00	456	16,0%
De 2.000,01 a 3.000,00	453	16,0%
De 3.000,01 a 6.000,00	1.522	54,0%
De 6.000,01 a 10.000,00	260	9,0%
Acima de 10.000,00	141	5,0%
Total	2.832	100,00%

Fonte: FOPAG – Prefeitura de Naviraí; Portal da Transparência – Naviraí

A distribuição acima demonstra perfil salarial moderado, coerente com a realidade regional, e assegura alta pulverização da renda, o que limita riscos de inadimplência concentrada e potencializa a recorrência de receitas bancárias por servidor.

A remuneração média é de **R\$5.232,58**, **acimada da média nacional, onde 70% dos servidores públicos recebem, mensalmente, menos de R\$5.000,00**, conforme pesquisa divulgada esse ano, promovida pelo República.org.

A estabilidade da base funcional é um dos fatores determinantes da atratividade do ativo, pois influencia diretamente a taxa de renovação de contratos consignados e a fidelização bancária.

O histórico de Naviraí demonstra taxas de renovação próximas a 18 % a.a., número compatível com a média estadual, o que garante fluxo contínuo de receita para o banco detentor da folha.

4.3. Distribuição funcional por secretaria

A concentração funcional por secretaria também exerce influência na composição da folha, especialmente quando analisada sob o ponto de vista da estabilidade institucional. As secretarias de Educação e Saúde concentram juntas 64 % dos servidores, refletindo a função social preponderante do município.



Esses dois segmentos são compostos majoritariamente por cargos efetivos e de longa permanência, o que reforça a previsibilidade da base.

Tabela 7 – Distribuição funcional por secretaria (2025)

Secretaria / Órgão	Servidores	Participação (%)	Valor da Folha (R\$)
Educação	1.128	39,8%	5.895.220,00
Saúde	688	24,3%	3.421.850,00
Administração e Finanças	272	9,6%	1.285.700,00
Obras e Infraestrutura	245	8,7%	1.004.200,00
Assistência Social	161	5,7%	634.580,00
Demais secretarias	338	11,9%	2.577.142,26
Total	2.832	100,00%	R\$ 14.818.692,26

Fonte: FOPAG – Prefeitura de Naviraí; Portal da Transparência – Naviraí

A concentração de servidores em áreas essenciais e de baixa rotatividade reduz a volatilidade contratual e sustenta uma base bancária estável e de longo prazo.

Essa estrutura reflete a maturidade administrativa de Naviraí e reforça a solidez da operação de folha, uma vez que o perfil funcional é diversificado, mas com predominância de vínculos permanentes.

4.4. Síntese e implicações financeiras

A folha de pagamento de Naviraí/MS apresenta estrutura equilibrada, base funcional estável, distribuição salarial pulverizada e carteira de consignados madura. Esses elementos, combinados, produzem um ativo de alta previsibilidade e liquidez, com risco operacional mínimo e potencial de rentabilidade consistente para instituições financeiras.

O histórico de regularidade contratual e o desempenho do pregão anterior (2020–2025) reforçam que o ativo mantém valor de mercado estável, com tendência de crescimento nominal.

As projeções indicam que, mantido o atual nível de servidores e composição de gastos, a folha seguirá como ativo estratégico para o novo contrato de concessão.

5. PRODUTOS FINANCEIROS AVALIADOS

A avaliação econômico-financeira da operação de folha de pagamento envolve a análise de três principais pilares que irão compor a base de rentabilidade da instituição vencedora:

- **Cálculo a valor presente líquido (VPL) dos principais produtos a serem operados** pelo banco vencedor, utilizando **critérios matemáticos**. Cada produto gera um tipo específico de fluxo de receitas, e sua combinação define o potencial total de retorno da operação, no caso de Naviraí/MS utilizamos:
- Empréstimos Consignados
 - Cartão de Crédito Consignado
 - Tarifas Bancárias e Serviços
 - Outros Produtos Financeiros

Os cálculos a valor presente foram efetuados conforme a legislação municipal que :

O DECRETO N.º 80, DE 27 DE MARÇO DE 2025. Dispõe sobre procedimentos e normas para Consignação em Folha de Pagamento dos servidores públicos ativos da Administração direta e indireta do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Naviraí, e dá outras providências.

Art. 5º A margem consignável não poderá ultrapassar 70% (setenta por cento) dos valores fixos recebidos pelo servidor, sendo calculada a partir da soma do salário mais as verbas fixas, dentro desse limite, deverá seguir a seguinte porcentagem:

I - 30% (trinta por cento) destinado para empréstimos;

II - 25% (vinte e cinco por cento) para cartão de adiantamento salarial e;

III - 15% (quinze por cento) reservados exclusivamente para cartão consignado de benefício, que ficarão compreendidos dentro do limite de 70% (setenta por cento).

Art. 10 O prazo para parcelamento dos empréstimos e financiamentos contraídos pelo consignante não poderá ultrapassar 96 (noventa e seis) meses.



BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

- **Estudo de Mercado.** Com o objetivo de identificar a realidade do mercado local e regional, efetuamos o levantamento do valor da outorga através de diversas pesquisas para encontrar as práticas adotadas pelo mercado em cidades com perfil semelhantes e outras cidades dentro do MS. Tais estudos foram efetuados com base em duas premissas:
 - **Valor proporcional da Outorga/Total da Folha Líquida**
 - **Valor da Outorga / Quantidade de Funcionários do Município**
 - Para determinar o valor médio unitário por beneficiário ou segurado que servirá como base de referência na composição do presente estudo, realizamos uma pesquisa de mercado junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas do Governo Federal (www.pncp.gov.br)

Muitos municípios do Brasil, baseiam-se apenas nesta metodologia para encontrar o valor mínimo de outorga em seus processos.

- **Correção Monetária do último pregão efetuado** - Para fins de estimativa do valor da venda da folha de pagamento, considerou-se o valor originalmente pactuado no contrato n. 211/2020, com o banco Itaú Unibanco S.A., firmado em agosto de 2020. Esse valor foi atualizado monetariamente até setembro de 2025, utilizando-se os índices IGP-M e IPCA, a fim de refletir a variação do poder de compra no período, conforme demonstrado neste estudo. **Esta metodologia representa, por si só, uma forma segura de efetuar o cálculo, visto que parte de um valor já testado e aprovado e corrige seu “poder de compra” para a data atual.**

Abaixo demonstramos todos os cálculos utilizados para compor a base do menor valor de outorga sugerido neste estudo:

5.1. Cálculo a valor presente líquido (VPL) dos principais produtos a serem operados

A metodologia de avaliação econômico-financeira adotada no presente estudo fundamenta-se no modelo de Fluxo de Caixa Descontado (FCD), amplamente utilizado em estudos de viabilidade e valoração de ativos públicos e privados.

Esse método tem como objetivo estimar o valor atual do conjunto de receitas líquidas que a operação da folha de pagamento pode gerar ao longo do tempo, descontadas a uma taxa que reflita o custo de oportunidade e o risco associado ao investimento.



BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

O modelo utilizado é idêntico ao aplicado em diversos municípios, como Dourados, Três Lagoas e Chapadão do Sul, a escolha dessa metodologia garante comparabilidade direta entre os municípios e assegura uniformidade técnica nos resultados apresentados.

O Município de Naviraí – MS, entre a última contratação (2.032 servidores) e o processo atual (2.662 servidores), teve um acréscimo, em seu quadro funcional de 630 (seiscentos e trinta) servidores, representando um percentual de acréscimo de aproximadamente 24% (vinte e quatro por cento).

O Fluxo de Caixa Descontado (FCD) parte do princípio de que o valor de um ativo é determinado pela soma dos fluxos de caixa futuros esperados, trazidos a valor presente por meio de uma taxa de desconto adequada.

Essa taxa reflete o custo de capital, o risco de mercado e o horizonte temporal da operação.

Em termos matemáticos, o modelo é expresso pela fórmula: $VPL = \sum FC_t / (1 + i)^t$ onde:

- VPL = Valor Presente Líquido do ativo (valor da folha);
- FC_t = Fluxo de caixa líquido esperado no período t;
- i = taxa de desconto (equivalente mensal, expressa em %);
- n = número de períodos (em meses)

No caso de Naviraí, considerou-se um horizonte de 60 meses, compatível com o prazo contratual estabelecido para a concessão, e uma taxa de desconto anual de 10,5 % a.a., equivalente a 0,835 % a.m..

5.1.1. Empréstimos Consignados

Os empréstimos consignados representam a principal fonte de receita associada à operação da folha de pagamento.

A carteira é composta por **3.040 contratos ativos**, com prazo médio ponderado de 96 meses e taxa média efetiva mensal de **1,84 %**, equivalente a **24,46 %** ao ano. Essas condições indicam uma carteira madura, estável e com risco mínimo de inadimplência, refletindo o perfil conservador da política de crédito local.

Em **setembro de 2025**, o volume consolidado de consignações mensais no município de Naviraí alcançou **R\$ 1.722.694,42**, correspondendo a **12,2 % da folha líquida mensal**. Desse total, R\$ 1.119.050,26 referem-se a contratos ativos e R\$ 603.644,16 a inativos e pensionistas.

Tabela 13 – Estrutura da carteira de empréstimos consignados (Naviraí – Set/2025)

FUNCIONÁRIOS INATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Instituição Financeira	Repasse Mensal	Prazo máximo praticado
Banco do Brasil	R\$ 346.264,42	96
Caixa Econômica Federal	R\$ 186.446,77	96
SICCOB	R\$ 1.636,05	96
Bradesco	R\$ 61.912, 16	96
SICREDI	R\$ 7.384,76	96
Total Repasse mensal	R\$ 603.644,16	

FUNCIONÁRIOS ATIVOS

Instituição Financeira	Repasse Mensal	Prazo máximo praticado
Banco do Brasil	R\$ 182.955,60	96
CAIXA ECONOMICA	R\$ 692.693,38	114
Bradesco	R\$ 4.804,62	96
Santander	R\$ 125.872,83	96
Itaú	R\$ 339.542,85	96
Sicredi	R\$ 102.881,42	96
Sicoob	R\$ 9.842,41	96
Total Repasse mensal	R\$ 1.119.050,26	

Fonte: FOPAG – Prefeitura de Naviraí; Portal da Transparência – Naviraí

**TOTAL DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS**

Categoria	Quantidade de Contratos	Valor Mensal (R\$)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (% a.m.)	Participação (%)
Servidores ativos	2.034	1.119.050,26	88	1,83 %	65,0 %
Servidores inativos / pensionistas	1.006	603.644,16	104	1,86 %	35,0 %
Total	3.040	1.722.694,42	192	3,69%	100,00%

Fonte: FOPAG – Prefeitura de Naviraí; Portal da Transparência – Naviraí

A estabilidade dessa carteira indica baixo índice de inadimplência e alta recorrência de contratos, já que a base é composta majoritariamente por servidores efetivos. Esse perfil torna o ativo previsível e de fácil projeção, o que eleva sua atratividade para precificação bancária.

A carteira de consignados de Naviraí é robusta e diversificada, com prazo médio de 96 meses e taxa média efetiva de 1,84 % a.m..

Essas condições asseguram receita estável ao banco operador e justificam a manutenção da metodologia de precificação baseada em Fluxo de Caixa Descontado (FCD).

O perfil de maturidade da carteira reflete uma gestão conservadora por parte das instituições locais, o que reforça a credibilidade do município como parceiro institucional. Esse fator é determinante para sustentar a taxa de desconto adotada (10,5 % a.a.) e validar os indicadores de retorno financeiro estimados nos capítulos seguintes.

Para estimar o fluxo de caixa das operações de Empréstimos consignados foram consideradas as seguintes premissas:

- Por princípio de conservadorismo não consideramos os empréstimos a aposentados e pensionistas em nosso cálculo;
- Foi considerada a base de salário líquidos dos funcionários ativos concursados (R\$5.735.087,00);
- A margem total consignável para EMPRÉSTIMO CONSIGNADO É DE 30% do total recebido, conforme lei municipal (R\$1.720.526,26)
- 80% dos servidores concursados ativos optarão pelo EMPRÉSTIMO CONSIGNADO (R\$1.376.421,01);
- A taxa máxima praticada é de 1,84% a.m. (24,46% a.a.)
- A taxa de captação é de 10,5% a.a.



BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

- O fluxo de caixa foi distribuído de forma ao longo do período de contrato (60 meses), com crescimento de 35% a.a.
- Consideramos a portabilidade de 25% da carteira de EMPRÉSTIMO CONSIGNADO atual para o agente financeiro vencedor deste certame. O que representa o valor mensal de R\$279.762,57.

A receita anual bruta estimada dessa carteira é de aproximadamente R\$1.720.526,26 milhões, dos quais R\$1.119.050,26 (81%) já estão tomados e R\$257.370,75 (19%) estão disponíveis para contratação. Somando-se o valor de carteira disponível ao total de portabilidade da carteira atual (R\$279.762,57) teremos um resultado proveniente de EMPRÉSTIMO CONSIGNADO de R\$537.133,31.

O que representa a base de cálculo para o VPL consolidado da operação:

Ano	Fluxo de Caixa (R\$)	Taxa Fluxo	Fluxo de Caixa Descontado (R\$)	Total Caixa Acumulado Girando (R\$)
1	537.133,31	1,10	486.093,49	486.093,49
2	725.129,97	1,22	593.869,88	1.079.963,38
3	978.925,46	1,35	725.542,39	1.805.505,77
4	1.321.549,37	1,49	886.722,65	2.692.228,41
5	1.784.091,66	1,65	1.082.943,43	3.775.171,85

Fluxo de Empréstimo Consignado - Naviraí

5.1.2. Cartão de Crédito Consignado

O cartão de crédito consignado é um produto complementar que amplia a rentabilidade da operação bancária, possui margens de lucro significativamente alta e contribui de forma relevante para a fidelização dos clientes.

Foram consideradas as seguintes premissas:

- Foi considerada a base de salário líquidos dos funcionários ativos concursados (R\$5.735.087,00);
- 65% dos servidores concursados ativos optarão pelo cartão consignado (R\$3.727.806,90);
- A margem consignável para Cartão é de 15% do total recebido, conforme lei municipal (R\$559.171,03)
- A taxa máxima praticada é de 5% a.m.





BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

- A taxa de captação é de 10,5% a.a.
- O fluxo de caixa foi distribuído de forma linear ao longo do período de contrato (60 meses)

Tabela 14 – Estrutura estimada do CARTÃO CONSIGNADO

Ano	Fluxo de Caixa (R\$)	Taxa Fluxo	Fluxo de Caixa Descontado (R\$)	Total Caixa Acumulado Girando (R\$)
1	559.171,03	1,00	559.171,03	559.171,03
2	559.171,03	1,22	483.841,93	1.043.012,96
3	559.171,03	1,35	437.866,00	1.480.878,96
4	559.171,03	1,49	396.258,82	1.877.137,78
5	559.171,03	1,65	358.605,27	2.235.743,05

Fluxo de Cartão Consignado - Naviraí

O produto cartão consignado é particularmente relevante em municípios de médio porte, pois combina alta margem unitária e baixo custo operacional.

Sua importância estratégica na composição da valoração total está no fato de que ele incrementa a rentabilidade média do contrato sem demandar aumento de risco, por ser garantido na fonte de pagamento.

5.1.3. Tarifas e Serviços Bancários

As tarifas bancárias e pacotes de serviços representam importante fonte de receita direta para o banco operador.

Essas receitas derivam da manutenção de contas correntes, transferências, cartões múltiplos, seguros, e demais produtos financeiros associados à folha.

Durante o primeiro ano contratual, as instituições normalmente concedem isenção de tarifas, como estratégia de atração e consolidação de clientes. A partir do segundo ano, cerca de 70 % dos servidores aderem a pacotes de serviços tarifados, com média de R\$ 30,00 por conta/mês.



PACOTE PADRONIZADO	Valor mínimo	Periodicidade	Valor máximo	Periodicidade	Valor médio
PESSOA NATURAL					
PACOTE DE SERVIÇOS I	0.00	-	600.00	Por Evento	27.29
PACOTE DE SERVIÇOS II	0.00	-	75.00	Por Evento	21.92
PACOTE DE SERVIÇOS III	0.00	-	150.00	Por Evento	33.52
PACOTE DE SERVIÇOS IV	0.00	-	200.00	Por Evento	44.64
MÉDIA GERAL					31,84

Fonte: Banco Central do Brasil:

<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Ffis%2Ftarifas%2Fhtms%2Fhtarco03F.asp%3Fidpai%3DTARBANVAL> **MED**

Considerando o total de 2.832 servidores, estima-se uma receita mensal média de R\$ 59.472,00 e uma receita anual líquida de R\$ 713.664,00 a partir do segundo ano de contrato.

Tabela 15 – Estrutura das receitas de tarifas e serviços bancários (Naviraí – projeção)

Ano	Fluxo de Caixa (R\$)	Taxa Fluxo	Fluxo de Caixa Descontado (R\$)	Total Caixa Acumulado Girando (R\$)
1	0	1,11	0	0
2	713.664,00	1,22	584.479,43	584.479,43
3	713.664,00	1,35	528.940,66	1.113.420,10
4	713.664,00	1,49	478.679,33	1.592.099,43
5	713.664,00	1,65	433.193,97	2.025.293,40

Fluxo de tarifas bancárias – Naviraí

Essas receitas, embora de menor magnitude, têm impacto significativo no VPL total da operação, pois representam fluxo líquido de baixo custo e baixa volatilidade.

A manutenção de um patamar estável de adesão tarifária é um fator importante para sustentar a viabilidade financeira da proposta de outorga.

5.1.4. Outros Produtos Financeiros

O quarto bloco agrupa produtos complementares que, embora com menor peso individual, contribuem para a diversificação de receitas e para o fortalecimento do relacionamento bancário com o servidor.

Entre esses produtos destacam-se:

1. Seguros e previdência privada;
2. Consórcios e investimentos automáticos;
3. Antecipação de 13º salário e crédito rápido via aplicativo;
4. Empréstimos pessoais sem margem consignável (oferta complementar).

A projeção dessas receitas projetadas de forma bastante conservadora, representa um acréscimo médio de R\$ 180.000,00 por ano.

Tabela 16 – Estimativa de receitas complementares (2025–2030)

Produto	Receita Estimada (R\$/ano)
Seguros e previdência	68.000,00
Consórcios e investimentos	32.000,00
Antecipação de 13º salário	48.000,00
Crédito digital complementar	32.000,00
Total anual estimado	180.000,00

Valores calculados pelas médias históricas e cidades do mesmo porte

Essas receitas são de caráter acessório, mas ajudam a compor o fluxo total do contrato e a justificar o valor de mercado observado na média dos pregões regionais. Além disso, elas fortalecem o relacionamento entre instituição financeira e servidor, contribuindo para a fidelização e redução da portabilidade — fatores que mantêm o risco estrutural em níveis reduzidos.



5.1.5. Consolidação dos produtos financeiros

Tabela 17 – Consolidação das receitas por produto (Naviraí – projeção)

Produto Bancário	Receita Líquida Anual Estimada (R\$)	Participação no Total (%)
Empréstimos consignados	3.775.171,85	53%
Cartão consignado	2.235.743,05	16%
Tarifas e serviços	2.025.293,40	29%
Outros produtos	180.000,00	3%
Total anual estimado	8.216.208,29	100%

Resumo geral dos valores calculados neste EVEF

O resultado evidencia a predominância do produto consignado como principal gerador de valor econômico, seguido por tarifas e serviços complementares. Esse comportamento é típico de operações municipais e reforça a coerência da projeção utilizada para calcular o VPL e determinar a faixa técnica de valoração da folha.

O mercado de consignados é o núcleo de rentabilidade da operação. Sua maturidade e previsibilidade permitem à instituição financeira calcular margens reduzidas com segurança, especialmente em contratos de longo prazo.

5.2. Estudo de Mercado - Comparação com municípios de referência (benchmark regional)

A comparação com municípios de porte semelhante é um dos critérios fundamentais para validar o valor técnico estimado. Os dados históricos dos pregões realizados no Mato Grosso do Sul entre 2019 e 2024 demonstram coerência entre o resultado de Naviraí e as médias regionais.



5.2.1 Valor da Outorga / Total da Folha de Pagamento

Um dos critérios adotados no estudo foi o de comparar a proporção da outorga conseguida em processos finalizados no estado, em relação ao total da Folha de Pagamento do município.

Tabela 20 – Benchmark regional de concessões de folha (MS – 2019/2024)

Município	Folha Mensal (R\$ milhões)	Outorga (R\$ milhões)	Relação Outorga/Folha	Ano do Contrato
Dourados/MS	65,63	27,20	0,414	2024
Naviraí/MS (2019)	14,15	4,45	0,314	2020
Naviraí/MS (2026)	14,82	5,50 (sugerido)	0,371	2025

Fonte: FOPAG – Prefeitura de Naviraí; Portal da Transparência, pesquisa a portais oficiais

O valor da outorga para este novo processo de Naviraí está apenas 19% maior que o processo anterior, considerando que o volume da folha cresceu mais de 5% no mesmo período o aumento real ficaria em torno de 14%, deixando a relação outorga/folha de pagamento, mais próximo da média obtida entre o *(último pregão realizado em Dourados + o último pregão realizado em Naviraí) / 2 = 0,364*.

O alinhamento entre o valor sugerido e as médias regionais demonstra que o estudo não apenas reproduz parâmetros históricos, mas também ajusta as premissas ao contexto macroeconômico atual, garantindo atratividade para os bancos e segurança para a administração pública.



5.2.2 Valor da Outorga / Total Servidores

No Mato Grosso do Sul a média de valor por conta, dos ativos folha de pagamento negociados, das cidades com características semelhantes, ficou em R\$38,55, bem acima do que foi sugerido como lance mínimo neste estudo, que daria R\$32,70, conforme demonstrativo abaixo:

Item	Município	UF	Valor Venda Ativo após ETP	Total Servidores	Ano	Modalidade	Valor por conta (CPF)	Valor por conta /60 meses
1	Campo Grande	MS	R\$ 100.200.000,00	37.742	2024	PP	R\$ 2.654,87	R\$ 44,25
2	Dourados	MS	R\$ 27.200.000,00	9.847	2024	PP	R\$ 2.762,26	R\$ 46,03
3	Três Lagoas	MS	R\$ 8.500.010,00	4.581	2021	PP	R\$ 1.855,49	R\$ 30,92
4	Corumbá	MS	R\$ 11.080.000,00	4.164	2020	PP	R\$ 2.660,90	R\$ 44,35
5	Ponta Porã	MS	R\$ 8.000.000,00	3.994	2023	Dispensa	R\$ 2.003,00	R\$ 33,38
6	Naviraí	MS	R\$5.500.000,00 *	2.832	2025	PP	R\$1.942,09	R\$32,37
							Média	R\$ 38,55

** Considerado o valor do valor mínimo indicado neste EVEF*

Calculando o valor da outorga com a média de valor pago por funcionário no MS teríamos:

$$2.832 \text{ funcionários} \times \text{R}\$38,55 \times 60 \text{ meses} = \text{R}\$6.550.416,00$$

A média de valor por conta, nas capitais do Centro-Oeste, está próxima do valor médio por conta (CPF) das capitais brasileiras, nos últimos 5 anos, que foi de **R\$45,62**, conforme demonstrado na tabela a seguir, o que reforça ainda mais, junto ao mercado financeiro, a coerência dos números apresentados neste estudo.



Ordem	UF	Valor da Venda (R\$ milhões)	Ano	Banco	Total Servidores (CPF)	Valor por Conta / (CPF)	Valor por Conta / 60 meses
5	Goiânia	165,00	2021	Itaú	50.399	R\$ 3.273,87	R\$ 54,56
10	Campo Grande	100,20	2024	Bradesco	37.742	R\$ 2.654,87	R\$ 44,25
17	Cuiabá	47,47	2020	Caixa	20.891	R\$ 2.272,17	R\$ 37,87
Médias							R\$ 45,56

Fonte: Portal da Transparência

5.3. Correção do último pregão efetuado

5.3.1 Correção pelo IPCA

O IPCA tem como objetivo medir a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumida pela população. O resultado mostra se os preços aumentaram ou diminuíram de um mês para o outro.

Os índices, portanto, levam em conta não apenas a variação de preço de cada item, mas também o peso que ele tem no orçamento das famílias.

Resultado da Correção pelo IPCA-E (IBGE)

Dados básicos da correção pelo IPCA-E (IBGE)

Dados informados	
Data inicial	08/2020
Data final	12/2025
Valor nominal	R\$ 4.450.000,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,38607610
Valor percentual correspondente	38,607610 %
Valor corrigido na data final	R\$ 6.168.038,64 (REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).



5.3.2 Correção pelo IGPM

O IGP-M é utilizado amplamente na fórmula paramétrica de reajuste de tarifas públicas (energia e telefonia), em contratos de aluguéis e em contratos de prestação de serviços.

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)

Dados informados	
Data inicial	08/2020
Data final	01/2026
Valor nominal	R\$ 4.450.000,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,46876310
Valor percentual correspondente	46,876310 %
Valor corrigido na data final	R\$ 6.535.995,80 (REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

6. RESULTADOS CONSOLIDADOS

A consolidação dos resultados do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira de Naviraí/MS tem como objetivo sintetizar as projeções e os indicadores obtidos nos capítulos anteriores, traduzindo em termos financeiros o potencial de rentabilidade da operação de folha de pagamento.

O exercício de consolidação considera todos os fluxos de receitas associados à operação (consignados, cartões, tarifas e produtos complementares), as práticas de mercado, os riscos inerentes à carteira e o horizonte contratual de 60 meses. Os resultados são apresentados em valor presente líquido, garantindo comparabilidade direta com outros estudos regionais e com as operações já realizadas em Mato Grosso do Sul.



Valores de outorga obtidos em cada modelo de cálculo:

Modelo de Cálculo	Receita Líquida Anual Estimada (R\$)	Observação
Produtos Bancários	8.216.208,29	39%
Estudo de Mercado	6.550.416,00	31%
Correção de Saldo	6.516.566,20	31%
OUTORGA MÍNIMA SUGERIA	R\$6.500.000,00	

O estudo confirma que o ativo de Naviraí mantém sua atratividade e liquidez, preservando valor de mercado similar ao observado em 2019, mesmo após ajustes inflacionários e mudanças na estrutura de crédito.

Cabe ressaltar que **o estudo ainda desconsiderou** receitas com a “*gestão de fornecedores*”, “*emissão de guias de arrecadação*”, **bem como os 25% sobre o valor fixo recebido que a legislação municipal permite operar com o “cartão de adiantamento salarial”**.

Estas possibilidades de receita não consideradas podem, sem dúvida, agregar valor ao preço final do ativo em pauta. Entretanto, cada licitante pode optar por explorar de um a todos os fluxos, dependendo de sua estratégia e posicionamento de mercado.



BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira (EVEF) elaborado para o município de Naviraí/MS demonstra, de forma clara e tecnicamente fundamentada, que a concessão da folha de pagamento representa um ativo de alto valor econômico e baixo risco operacional, capaz de atrair ampla concorrência entre instituições financeiras de diferentes portes.

Conforme detalhado ao longo deste estudo, foram aplicados três diferentes critérios para a definição do valor mínimo da outorga: **Fluxo de Caixa Descontado**, considerando os principais produtos bancários a serem contratados pelos funcionários concursados; **Pesquisa de Mercado**, considerando os mesmos parâmetros de contratações efetuadas nos últimos anos por prefeituras da mesma região e a **Correção dos Valores** contratados no último certame (Ago/2020) corrigido **pelos índices oficiais** de correção de contrato (IGPM e IPCA)

A consolidação das análises realizadas ao longo dos capítulos anteriores — abrangendo contexto macroeconômico, perfil fiscal, estrutura funcional, modelagem financeira e comparativos regionais confirma que confirma que o valor técnico de **R\$6.500.000,00** reflete o ponto de equilíbrio financeiro entre risco e retorno. Cabe ressaltar que o valor proposto representa o menor resultado obtido neste estudo, através da correção do valor do último certame.

Esta recomendação leva em conta a observância dos princípios da prudência fiscal, da competitividade licitatória e da responsabilidade administrativa, fixando o **valor mínimo de outorga em R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais)**, como parâmetro inicial de pregão.

7.1. Síntese dos fundamentos técnicos

A operação de folha de pagamento de Naviraí combina estabilidade fiscal, regularidade orçamentária e carteira de crédito consolidada, o que resulta em um ativo atrativo para o mercado financeiro.

O município apresenta características que reduzem substancialmente o risco de inadimplência e garantem previsibilidade dos fluxos de caixa ao longo do período contratual.

Os principais fundamentos que sustentam o valor técnico da outorga são:

1. Estabilidade e liquidez da folha:
2. Folha mensal bruta de R\$ 14,82 milhões e líquida de R\$ 9,19 milhões;
3. Base funcional composta por 2.832 servidores, dos quais 62 % são efetivos.





BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

4. Carteira consignada madura e diversificada;
5. Volume mensal atual de R\$ 1,72 milhão em consignações;
6. Prazo médio de 96 meses e taxa média de 1,84 % a.m.;
7. Receita bruta anual estimada em mais de R\$ 20 milhões.
8. Solidez fiscal e previdenciária:
9. Despesa de pessoal abaixo do limite prudencial da LRF (46,7 % da RCL);
10. Ambiente bancário competitivo;
11. Presença de sete instituições financeiras operando ativamente;
12. Histórico de concorrência equilibrada e sem deserto licitatório.
13. Indicadores financeiros consistentes:

Esses elementos compõem uma base robusta e sustentável, garantindo que o valor proposto de R\$ 6,5 milhões possa ser absorvido de forma saudável pelo mercado, sem comprometer a rentabilidade da instituição vencedora.

7.2. Interpretação financeira e riscos associados

O modelo financeiro demonstra robustez e baixo nível de sensibilidade às variáveis de risco.

Mesmo em cenários adversos de aumento da taxa de juros ou redução da base de consignados, o valor de outorga mantém variação limitada, evidenciando resiliência do ativo.

O risco de portabilidade, principal variável de volatilidade do modelo, mantém-se estável conforme média estadual. Esse percentual é plenamente absorvível dentro da margem líquida operacional, o que garante o equilíbrio econômico da operação.

A solidez fiscal e previdenciária reduz o risco institucional, enquanto a governança administrativa e transparência orçamentária reforçam a confiança do mercado. O risco global da operação é baixo, e a rentabilidade projetada situa-se dentro da média das concessões públicas de folha no país.





BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

7.3. Recomendações para o processo licitatório

Com base nas análises realizadas, recomenda-se que o processo licitatório para a cessão da folha de pagamento de Naviraí seja feito através de “Pregão Presencial” e adote as seguintes diretrizes técnicas:

1. Fixar o valor mínimo de outorga em R\$ 6.500.000, com validade contratual de 60 meses.
2. Manter a modelagem contratual atual, com isenção de tarifas no primeiro ano e adesão gradativa a pacotes de serviços a partir do segundo ano.
3. Permitir ampla participação de instituições financeiras, incluindo cooperativas de crédito, para estimular competitividade e elevar o valor do lance vencedor.
4. Adotar cláusula de transparência e acompanhamento anual dos fluxos, garantindo a previsibilidade e o cumprimento dos parâmetros financeiros estabelecidos.
5. Assegurar comunicação tempestiva e ampla divulgação do edital, visando maximizar a concorrência e potencializar o resultado econômico para o município.
6. Divulgar amplamente o edital, estimulando competição e melhor retorno financeiro.

A adoção dessas medidas assegurará a manutenção do equilíbrio técnico-financeiro e a maximização do benefício econômico da operação.

7.4. Conclusão geral

O presente Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira confirma que o ativo representado pela folha de pagamento do Município de Naviraí/MS é altamente rentável e competitivo dentro do contexto estadual.

Mesmo com projeção de VPL o posicionamento prudente em **R\$ 6,5 milhões** é estrategicamente recomendado, por conciliar conservadorismo técnico, sustentabilidade financeira, atratividade de mercado e conformidade legal e institucional.

Essa abordagem assegura que o município maximize a concorrência, eleve a eficiência econômica do prego e reduza riscos futuros de desequilíbrio contratual. O EVEF, portanto, consolida-se como instrumento técnico de referência, orientando decisões administrativas e reforçando a credibilidade financeira de Naviraí/MS perante o mercado e órgãos de controle, além de dar os subsídios para as decisões de política financeira, servindo como base para auditoria e acompanhamento da execução contratual nos próximos cinco anos.

O presente estudo de viabilidade econômico-financeira (EVEF) foi desenvolvido com base na avaliação dos ativos financeiros relacionados à folha de pagamento dos servidores públicos municipais. A análise fundamentou-se em dados fornecidos pela própria Administração, bem como em informações extraídas de fontes públicas oficiais, como o portal da transparência municipal.

As projeções realizadas refletem estimativas fundamentadas quanto à evolução futura do objeto licitatório. Contudo, ressalta-se que, dada a natureza incerta de projeções baseadas em premissas futuras e os riscos operacionais inerentes ao mercado, é plausível a ocorrência de variações entre os resultados estimados e os efetivamente observados, em razão de fatores financeiros, conjunturais ou decorrentes de alterações normativas e legislativas.

A eventual decisão da Prefeitura de Naviraí/MS em apresentar proposta de licitação ou em promover negociação direta dos ativos considerados deve ser pautada na análise deste estudo, conjugada com a avaliação de variáveis político-econômicas relevantes no cenário nacional.

Importa destacar que não integra o escopo deste estudo a análise dos impactos da absorção da base de contas pela instituição financeira contratada sobre suas demonstrações financeiras, tampouco os reflexos nos indicadores regulatórios como o índice de Basileia, que determinam a necessidade de adequação do capital regulamentar.

Todas as informações contidas neste documento estão vinculadas ao contrato N^o.065/2026, celebrado entre o Município de Dourados/MS e a empresa **BERTOTTO & RUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS**. O conteúdo apresentado contempla comentários técnicos, pareceres especializados e a metodologia aplicada para a valoração dos ativos, bem



BERTOTTO & RUZA

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —

como a sugestão de valor mínimo a ser adotado em processos licitatórios ou em eventual negociação direta, conforme a estratégia administrativa adotada.

Integra este estudo o Anexo I com a Minuta do “Termo de Referência”, Anexo II com “Minuta do Contrato” a ser firmado com o banco vencedor do processo de licitação e o Anexo III com os dados da folha de pagamento de janeiro 2026.

Campo Grande, 18 de fevereiro de 2026.

BERTOTTO &RUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Responsável Legal

BERTOTTO &RUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Romualdo Diniz Salgado Junior
Responsável Técnico pelo EVEF